


DOI: [10.20396/rfe.v14i2.8668377](https://doi.org/10.20396/rfe.v14i2.8668377)

## A epistemologia pragmatista de John Dewey: uma filosofia da experiência

Edna Maria Magalhães Nascimento<sup>1</sup> 

### Resumo

Dewey desenvolveu um programa doutrinário que visa mostrar como o conhecimento se funda na experiência. Essa é a dimensão científico-naturalista da sua obra. Nesse sentido, o seu projeto consiste numa rigorosa argumentação contra as explicações em que a experiência e a natureza são apresentadas com base em distinções arbitrárias. Na obra, *Reconstruction in Philosophy* [Reconstrução em Filosofia], Dewey desenvolveu seu projeto metafísico de dimensão historicista, propondo uma reconstrução para a filosofia. Em *Experience and Nature* [Experiência e Natureza], ele apresentou uma visada científica para a metafísica. Nessa obra, Dewey tenta pensar um sistema desenvolvido a partir da aplicação do método científico à filosofia tendo como base uma concepção filosófica da experiência. As concepções de Dewey acerca do conhecimento, do uso inteligente da razão e da natureza social da filosofia concorrem para a constituição de sua concepção de ciência. Nas duas obras fica evidente a sua crítica à noção tradicional de conhecimento como representação da realidade. Contra isso, Dewey passa a designar o conhecimento como um conjunto de “crenças” e “proposições” tomadas como garantias de usos ou assertividade garantida. Dewey se opõe à forma pela qual o problema epistemológico é formulado pela tradição, ou seja, a partir de uma posição realista ingênua no qual o conhecimento é visto como representação, desconsiderando o processo de conexão entre as coisas e entre o conhecedor e as coisas.

**Palavras Chave:** Epistemologia. Pragmatismo. Experiência.

### John Dewey's pragmatist epistemology: a philosophy of experience

### Abstract

Dewey developed a doctrinal program that aims to show how knowledge is grounded in experience. This is the scientific-naturalist dimension of his work. In this sense, his project consists of a rigorous argument against explanations in which experience and nature are presented on the basis of arbitrary distinctions. In the work, *Reconstruction in Philosophy*, Dewey developed his metaphysical project with a historicist dimension, proposing a reconstruction for philosophy. In *Experience and Nature*, he presented a scientific approach to metaphysics. In this work, Dewey tries to think of a system developed from the application of the scientific method to philosophy based on a philosophical conception of experience. Dewey's conceptions about knowledge, the intelligent use of reason and the social nature of philosophy contribute to the constitution of his conception of science. In both works, his criticism of the traditional notion of knowledge as a representation of reality is evident. Against this, Dewey starts to designate knowledge as a set of “beliefs” and “propositions” taken as guarantees of

<sup>1</sup> Pós-doutorado em Filosofia pela Universidade de Navarra. Professora da Pós-graduação da Universidade Federal do Piauí. E-mail: [magaledna@yahoo.com.br](mailto:magaledna@yahoo.com.br)

uses or guaranteed assertiveness. Dewey opposes the way in which the epistemological problem is formulated by tradition, that is, from a naive realist position in which knowledge is seen as representation, disregarding the process of connection between things and between the knower and things.

**Keywords:** Epistemology. Pragmatism. Experience.

### **La epistemología pragmatista de John Dewey: una filosofía de la experiencia**

#### **Resumen**

Dewey desarrolló un programa doctrinal que tiene como objetivo mostrar cómo el conocimiento se basa en la experiencia. Esta es la dimensión científico-naturalista de su obra. En este sentido, su proyecto consiste en una argumentación rigurosa contra las explicaciones en las que la experiencia y la naturaleza se presentan sobre la base de distinciones arbitrarias. En la obra *Reconstrucción en la Filosofía*, Dewey desarrolla su proyecto metafísico con una dimensión historicista, proponiendo una reconstrucción para la filosofía. En *Experiencia y naturaleza*, presentó un enfoque científico de la metafísica. En esta obra, Dewey intenta pensar en un sistema desarrollado a partir de la aplicación del método científico a la filosofía a partir de una concepción filosófica de la experiencia. Las concepciones de Dewey sobre el conocimiento, el uso inteligente de la razón y el carácter social de la filosofía contribuyen a la constitución de su concepción de la ciencia. En ambas obras es evidente su crítica a la noción tradicional del conocimiento como representación de la realidad. Frente a esto, Dewey comienza a designar el conocimiento como un conjunto de “creencias” y “proposiciones” tomadas como garantías de usos o asertividad garantizada. Dewey se opone a la forma en que el problema epistemológico es formulado por la tradición, es decir, desde una posición realista ingenua en la que el conocimiento es visto como representación, desconociendo el proceso de conexión entre las cosas y entre el conocedor y las cosas.

**Palabras clave:** Epistemología. Pragmatismo. Experiencia.

## 1. Introdução

A objeção de Dewey à epistemologia clássica consiste em sua recusa em considerar o conhecimento, de qualquer tipo, como uma questão de representação mental, tal qual a ideia de um museu da mente, no qual as coisas são etiquetadas pelo poder da razão. Nesse sentido, o conhecimento é *conexão* e não *representação*. Não é possível tratá-lo isoladamente, por si só, mas adotando a perspectiva da complexidade e da utilidade. A apropriação adequada do tema do conhecimento pelos homens e mulheres não é aquela que o considera como um fim em si mesmo, pelo contrário, tem a ver com as reais necessidades práticas da vida humana. O conhecimento tem sentido enquanto ação finalística que nos permite agir no mundo.

Com esse propósito, o projeto filosófico de Dewey dá corpo a uma metafísica de caráter contingente e histórico. Com essas características, ela só poderá ser desenvolvida por meio de outro método filosófico, no caso em questão, o método empírico. Os dois esforços teóricos de Dewey estão presentes nas obras, *Reconstruction in Philosophy* [Reconstrução em Filosofia], na qual desenvolve seu projeto historicista de reconstrução filosófica e *Experience and Nature* [Experiência e Natureza], que consta da elaboração não só de uma perspectiva científica, mas também a formulação de uma filosofia da experiência.

Estes projetos serão compreendidos enquanto parte de uma unidade constitutiva maior da sua obra. O presente artigo interpreta o naturalismo e o empirismo de John Dewey e sua subsequente filosofia da experiência. Nosso propósito consiste na sustentação de que, mais do que uma epistemologia instrumentalista, Dewey escreveu uma metafísica empírica cuja unidade articula o naturalismo e o historicismo.

A tese principal de Dewey consiste na articulação entre filosofia e ciência, em virtude disso, ele observa que o grande vício da filosofia foi a manutenção de um “intelectualismo” arbitrário. Esta constatação faz com que Dewey observe o favorecimento dos objetos cognitivos em detrimento de outros traços que despertam desejo, que provocam ação e produzem paixão.

Dewey salienta que é preciso atacar a noção de que há um acesso privado à verdade, de que algumas partes da experiência são intrinsecamente mais privilegiadas que outras. Em contraposição à filosofia mentalista Dewey declara não haver realidades inquestionáveis como as que são atribuídas às propriedades matemáticas, mecânicas ou eletromagnéticas. Dewey enfatiza que a única maneira de evitar uma separação nítida entre a mente enquanto centro dos processos de experiência e o mundo natural que é experimentado é reconhecer que todos os modos de experimentar são maneiras de identificar *os traços genuínos da natureza* em sua realização.

O presente artigo analisa as concepções de naturalismo, empirismo e a concepção de conhecimento elaborada por John Dewey. Em seguida trata de uma caracterização da filosofia da experiência deste autor, sobretudo, a ideia de inteligência operativa e reflexiva como condição para a atividade de resolução de problemas e, por último, o debate empreendido por Dewey sobre a relação entre ciência e filosofia.

## 2. Naturalismo, empirismo e conhecimento

### 2.1 Empirismo naturalista

Para designar sua metafísica, Dewey, inicialmente, utiliza-se das expressões *naturalismo empírico*; *empirismo naturalista* e *humanismo naturalista* (DEWEY, 1958). Por essa perspectiva é possível identificar em sua obra uma articulação teórica entre o idealismo e o empirismo, especialmente quando conjuga o historicismo ao cientismo. Não se trata, contudo, de propor apenas uma epistemologia naturalizada. Veremos que Dewey não assume essa tarefa: sua proposta é muito mais ontológica que epistemológica. Entretanto, seja ligado à epistemologia, seja ligado a outra área da filosofia, o certo é que Dewey anuncia, no começo do século XX, parte de um programa filosófico de continuidade entre filosofia e ciência, cujas consequências incidirão em obras desenvolvidas por pensadores mais próximos do final desse mesmo século.

Rorty (1994) considera o começo do século XX, no auge do movimento pragmatista como um período fértil para a filosofia, pois foi um tempo em que esta poderia virar as costas de uma vez por todas para todas as epistemologias. Entretanto, ele mostra que o “espírito de brincadeira” do pragmatismo foi sendo abafado porque logo entram em cena aqueles pensadores que recapturam o espírito da matemática. Com a substituição do debate pragmatista da cena filosófica nos Estados Unidos pelo positivismo lógico, Rorty, constatava que quanto mais rigorosa a filosofia ficava, mais se afastava do restante da cultura (RORTY, 1994, p. 173).

Pode-se dizer que o novo *giro pragmatista* ocorre a partir da filosofia naturalista de Quine e o seu empirismo radical desenvolvidos com a publicação do artigo *Epistemology Naturalized*, de 1968. Esse ensaio traz à luz a discussão que Dewey empreendeu no começo do século XX sobre a inevitável conexão da filosofia às ciências. Como componente desse contexto, encontra-se a rejeição aos dualismos da tradição filosófica na tese de Quine sobre os *Two dogmas of Empiricism* [Dois dogmas do empirismo]. Tanto o dogma do reducionismo e quanto o dogma da separação entre o analítico e o sintético pertencem à mesma ordem de questões que Dewey tinha investigado. É o próprio Quine que declara:

Filosoficamente estou ligado a Dewey pelo naturalismo que dominou suas três últimas décadas. Com Dewey, eu sustento que conhecimento, mente e significados são partes do mesmo mundo com que eles têm a ver e que eles têm de ser estudados com o mesmo espírito empírico que anima a ciência natural. Não há lugar para uma filosofia *a priori* (QUINE, 1969, p. 69).

Consciente de que não há uma filosofia *a priori*, Dewey tem como propósito argumentar a favor do conceito de *experiência* na perspectiva do seu pragmatismo e discutir a partir daí a questão do método filosófico enquanto método empírico. Ele entende que os significados e as crenças podem ser entidades mentais, mas são resultantes dos processos interacionistas e da arte social. Por isso, ele não pretende reeditar as velhas querelas filosóficas entre aqueles que estão simplesmente tratando questões filosóficas por meios empíricos e os mais tradicionais, que argumentarão que esse uso não conduzirá à investigação puramente filosófica. Sua perspectiva

está diretamente conectada à ideia de interação, de conexão, no sentido de unificar a experiência e natureza.

Outro ponto de aproximação entre Quine e Dewey trata-se da teoria da verdade como cópia, ou seja, da teoria representacionista em suas várias formas que, segundo Quine, permaneça próxima da principal tradição filosófica, o racionalismo, mas também de uma atitude do senso comum (QUINE, 1969). Quine concordaria com Dewey quanto às objeções aos dualismos da filosofia tradicional que cindiram a experiência entre uma mente privada e o mundo físico, portanto, esta divisão está presente tanto no senso comum quanto na filosofia técnica.

Dewey se dispõe a pensar o conhecimento a partir de bases naturalizantes, sobretudo porque rejeita a clássica relação epistemológica entre sujeito e objeto, uma vez que esta relação não considera a complexidade de interações envolvendo a constituição e a produção do conhecimento. Sua principal argumentação consiste em dizer que quando nos deparamos com as crenças em torno das divisões da experiência, bem como com a hierarquização e a classificação, essas situações parecem tão óbvias e tão banais que o senso comum mostra não haver necessidade de análise ou mesmo de definição dos pares dos termos envolvidos: corpo-mente, sujeito-objeto, indivíduo-sociedade, meio-fim, etc. Essas dualidades aparecem como pré-estabelecidas. No âmbito do senso comum, não há lugar ou sentido para se falar em interações, mas apenas na manutenção de uma divisão precária em torno da experiência.

A Filosofia tradicional e a Psicologia conspiraram para apresentar o comportamento humano como derivado da fusão de entidades que estariam originariamente separadas. Ora um, ora outro desses elementos poderia ser escolhido para receber uma atenção especial. Essa atenção é requerida apenas no sentido de reforçar a divisão. Por fim, se a experiência ordinária, conforme Dewey, identifica os dualismos como algo dado e estabelecido, isto decorre da atribuição de uma suposta natureza intrínseca ou *a priori* a estes mesmos dualismos, seja pelo senso comum, seja pelo domínio do pensamento racionalista na cultura. Se eles parecem indiscutivelmente estabelecidos, isso

se explica porque a "experiência" envolvida foi pré-condicionada e estereotipada culturalmente por nós (DEWEY, 1958).

Dewey argumentará que a metafísica só poderá ser útil quando nos permitir compreender a ideia de que é possível extrair da experiência traços gerais e genuínos da natureza que marcam as características dos seres, sejam dos objetos físicos, sejam das condições humanas. Essa é a tarefa principal de Dewey no livro *Experience and Nature* [Experiência e Natureza], ou seja, mostrar alguns traços gerais das coisas experienciadas e interpretar sua significação para uma teoria filosófica do universo em que vivemos (op.cit).

Considerando os princípios do pragmatismo de que nada pode ser tomado como absoluto, de que nenhuma expressão deve ser usada em definitivo e de que, para cada proposição e para cada palavra, deve-se procurar o seu valor *prático*, não há lugar para uma metafísica especulativa na obra de Dewey. Esta deverá ser empírica, no sentido de encontrar na *experiência vivida* os traços constitutivos dessa mesma experiência (op.cit). Dewey explica que a metafísica clássica se manteve numa trilha primitiva, presa a um desejo mítico, em que os homens e mulheres foram guiados por discursos de encantamento, envolvendo princípios eternos e perpétuos, como *Deus, matéria, razão, energia*, apontando para absolutos sob os quais eles possam repousar.

## 2.2 O Processo de investigação: assertividade garantida

Interpretes de Dewey, como John Shook (2002), nos ajudam a compreender o que significam os *traços gerais da experiência* anunciados no livro *Experience and Nature* [Experiência e Natureza]. Conforme esse intérprete, tais traços envolvem uma forma de Dewey se opor ao sensualismo empirista de David Hume e Stuart Mill. Peirce e Dewey “descobriram que a experiência apresenta regularidades estáveis que tornam alguns juízos universais apropriados no caso de processos naturais” (SHOOK, 2002, p.150). Por isso, a universalidade de que trata Dewey não é a de um conteúdo universal ou de um ente absoluto. O que requer a universalidade é o processo

de investigação, sua possibilidade de aplicação em situações subsequentes e sua condição intrínseca de autocorreção. Nesse sentido, mesmo que o pragmatismo de Dewey seja experimental, ele evita um materialismo reducionista. Assim, “o pragmatismo de Dewey dá ao pensamento e às relações de pensamento (universais) uma função primária e construtiva” (DE WAAL, 2007, p. 169).

Por fim, a concepção de *conhecimento* em Dewey não toma como ponto de partida as certezas estabelecidas *a priori*, pois só podemos saber o que são as coisas ao final do processo de inquirição, não tendo sentido perguntar pelo conhecimento e sim pelo termo *inquiry*, que Dewey herda de Peirce (ARAUJO, 2008). Por essa razão, Dewey passa a preferir a utilização do termo *inquirição*, que será utilizado no sentido de *assertividade garantida*.

Este termo foi utilizado em sua obra tardia *Lógica*, de 1938, para substituir ‘crença’ e ‘conhecimento’. Nessa fase ele procurou se afastar das ambiguidades do termo. No caso da crença, pode ser o objeto da crença ou o estado da crença, dessa maneira, o autor argumenta ser preciso avançar em relação aos mal-entendidos do passado pragmatista, ou seja, Peirce se concentrou no objeto da crença enquanto James afirmou o estado da crença. Em relação ao conhecimento a ambiguidade permanece, este pode tanto se referir ao resultado da inquirição quanto ao objeto em torno do qual a inquirição gravita. O conhecimento para Dewey tem um significado próprio separado da ligação com a inquirição.

Portanto, a ideia de *assertividade garantida*, foi usada por Dewey para se afastar das formulações sobre a ideia de crença, como sendo o que é bom para acreditar, típica formulação de James. A *assertividade garantida* é a condição nas quais certas evidências são admissíveis e de que certas regras de lei são aplicáveis e outras não; nesse caso algo está estabelecido. O estabelecimento final é o processo parcial desses estabelecimentos intermediários e parciais (DE WAAL, 2007, p. 170).

Por fim, Dewey sustenta que todo e qualquer conhecimento envolve mediações, então para ele não faz sentido falarmos em termos de distinção entre conhecimentos mediatos e conhecimentos imediatos. De tal modo que,



para Dewey no âmbito das mediações ou em toda “asserção garantida” esta envolvida uma função de inferência. Portanto, não há nesta posição conhecimento imediato como pré-condição para o conhecimento mediato.

Para melhor ilustrar esta posição, podemos dizer que: a) O conhecimento, em sentido geral, esta sempre e em cada caso conectado com uma investigação; há uma continuidade na investigação; b) A conclusão ou o fim da investigação deve distinguir-se dos meios pelo qual se chega à conclusão garantida, entretanto, o juízo último é construído através de uma série de juízos, que são parciais e intermediários; c) os meios intermediários da investigação se formulam em discursos, em proposições, que exigem relevância e eficácia, desse modo, o conteúdo dos juízos tornam-se materiais e fáticos, portanto, os conceitos ou estruturas conceituais podem ser compreendidos como ferramentas operativas usadas para se alcançar o conhecimento; e d) as conclusões obtidas por meio deste processo, não determinam que os objetos e situações futuras fiquem isentos de reexame (DEWEY, 1991, p.170).

Dewey passa a designar o conhecimento como um conjunto de “crenças” e “proposições” tomadas como *garantias de usos*. Seu objetivo é desenvolver um projeto científico e metodológico que exigirá outra forma de fazer filosofia, que ele caracteriza como uma *filosofia empírica*

### 3. A filosofia da experiência

Dewey reclama um novo contexto em que as noções de *experiência e natureza*, que historicamente foram avaliadas como incompatíveis, possam ser compreendidas em unidade. Na tradição racionalista, essas categorias só são compreensíveis quando ligadas a algo não natural e transcendental. Coisa semelhante acontece também na tradição empirista, na qual o materialismo mecanicista trata de empregar a ideia de que a natureza só pode ser interpretada como algo mecanicamente determinado, fruto das relações de causalidade e dos princípios empíricos e materiais (DEWEY, 1958).

Nosso autor declara que o grande vício da filosofia tradicional foi o intelectualismo arbitrário. A separação clássica entre aparência e realidade parece um problema tão insolúvel quanto o da relação mente/corpo e como consequência dessas antinomias prevalece a ideia de *descontinuidade*. Essa última está ligada à ideia de superioridade das questões intelectuais em detrimento das questões da experiência. O anti-intelectualismo de Dewey não implica em menosprezar a inteligência e a razão, o que ele pretende é atribuir a ambas a capacidade de tomar os dados da experiência para elevá-los à condição de objetos da reflexão, com a finalidade de obter um conhecimento marcado pela instrumentalidade.

Conforme Dewey, o intelectualismo, predominante na filosofia tradicional, contraria os fatos, pois “as coisas são objetos para ser manuseados, utilizados, trabalhados, gozados e sofridos, mais do que coisas conhecidas” (Dewey, 1958, p.17). Esse intelectualismo tornou-se, como método, soberano em filosofia; ele permaneceu alheio aos fatos da experiência primária, não só obrigando à adoção do método não empírico, mas também levando à concepção do conhecimento apenas por esse viés. Dewey propõe que pensemos de outro modo, afirmando que o conhecimento só faz sentido se for concebido como uma atividade inteligente, agregando a complexidade da experiência e operando no mundo por meio dos processos ação e reflexão.

Desse modo, Dewey se concentra na caracterização e na discussão dos dois tipos de experiência: a experiência ordinária, primária, e a experiência secundária, resultante da adoção dos procedimentos intelectuais de análise. Com essa opção ele pensa superar as visões clássicas da filosofia que mesmo tendo por objetivo sair dos esquemas dualistas terminam por novamente proceder às hierarquizações e às classificações da realidade atribuindo valor de superioridade a dimensões do mental em detrimento do material, mas contraditoriamente, desenvolvendo pretensas sínteses envolvendo uma realidade superempírica ou transcendental.

### 3.1 Conceito de experiência

Ocorre que, ao desenvolver sua tese seminal em torno do conceito de *experiência*, Dewey se presta a todos os tipos de crítica, provavelmente, pela utilização de um termo de difícil definição. Na linguagem comum a palavra *experiência* é praticamente não analisável, pois se refere a algo gradativamente adquirido, que aceitamos sem muitos questionamentos. Quando somos chamados a falar da *experiência* dizemos que ela é direta e imediata. Entretanto, podemos também encontrar, na maioria das vertentes teóricas, a noção de experiência na dimensão da consciência privada separada da natureza e do mundo, ou seja, algo subjetivo e exclusivamente mental, separado do estado objetivo das coisas (GEIGER, 1958, p.07).

Como se vê, a experiência foi concebida pelas doutrinas tradicionalistas como algo não-natural. Se fosse natural, não seria totalmente confiável. Dessa forma ela é pensada numa direção totalmente distinta, fazendo abstração da sua concretude e crueza. A experiência é concebida de um modo ideal e irreal. O que é curioso é que a tendência de desacreditar a experiência humana concreta não é requisito apenas da conduta da filosofia profissional, mas é algo que vai muito além das preocupações técnicas. Na verdade a filosofia se apropria de uma subjetivação exagerada do que se passa na experiência popular.

Com base nessas ideias, Dewey se opõe tanto ao empirismo clássico quanto ao racionalismo cartesiano em relação ao papel dado à experiência e o apego que essa tradição filosófica mantém pelo universal e sua consequente busca por princípios estáticos para assegurar a nossa compreensão cognitiva do mundo. Dessa forma, ao se contrapor aos dualismos da filosofia tradicional, Dewey apresenta sua filosofia empírica como forma de superação das oposições binárias, que transformaram a filosofia num campo de guerra de “temperamentos” e de “questões domésticas”.

Para se contrapor a esse emaranhado de teorias elaboradas a partir dos “humores” de seus propositores, Dewey argumenta que a filosofia precisa utilizar outro método de investigação. Assim, o método empírico e o espírito

científico enquanto inquirição e como experiência exigirá o uso de teorias e hipóteses, devendo ser estendido a outras áreas da cultura, em especial à filosofia. Dewey argumenta que a sua referência à experiência decorre da relação necessária entre esta e método empírico, pois se este fosse “adotado no filosofar, não haveria necessidade de referência à experiência” (DEWEY, 1958, p. 08).

Não há outra forma de compreender a experiência do conhecimento a não ser pela relação entre os processos não-cognitivos e os processos cognitivos. Pensar a experiência sem a unidade entre esses processos é condição para obter determinados tipos de conclusões envolvendo entidades extranaturais ou sobrenaturais. Quando não considera essa unidade, a filosofia segue seu padrão clássico, ou seja, elege os dados espirituais, o predomínio do mental sobre as outras esferas da vida.

Desse modo, a filosofia tradicional, ao invés de assumir a reflexão sobre a constituição do processo cognitivo, gerador das nossas crenças, ao invés de enfrentar as discussões sobre o caráter natural e social do conhecimento, toma outro caminho. Em sua crítica à filosofia tradicional, Dewey observa que ela não aceita a adoção de um método que não seja o especulativo. Desse modo, o apego dos filósofos ao que é simples, o seu amor pelos “elementos” é algo recorrente na história da filosofia. No entanto, a experiência bruta está carregada do emaranhado e do complexo, mas a filosofia se apressa em fugir para longe dela a fim de procurar algo mais simples sobre o qual possa repousar. Ao buscar estabelecer a noção estática de *permanência*, de *essência real*, de *totalidade*, as filosofias clássicas apelam para *predicados laudatórios*. Nesse sentido, “permanence, universals, over plurality, change and particular is pointed out, as well as its effect in creating the traditional notion of substance, now undermined by physical science” (DEWEY, 1958, p. xi)<sup>2</sup>.

Com efeito, para Dewey, a experiência não pode ser vista como distinta da natureza, ela é algo que a penetra e nela se expande sem limitações.

---

<sup>2</sup> A permanência, os universais, acima da pluralidade, da mudança e do particular são apontados como efeito na criação da noção tradicional de substância, agora minada pela ciência física.

Tudo que existe é resultado de um processo de relações mútuas, pelos quais os corpos agem uns sobre os outros, modificando-se reciprocamente. A experiência é esse processo pelo qual um corpo age sobre outro corpo e dele sofre uma reação. Dewey parte de um conceito amplo de *experiência*, considerando não apenas os atributos puramente racionais. O que caracteriza a experiência nessa abordagem é a sua dinamicidade, que se realiza de dois modos: ela é ativa quando age sobre algo e sua ação produz consequências; ela é passiva quando sofre ou passa por alguma coisa e recebe as consequências de sua ação. O processo implica a qualidade da ação, de maneira que não existe nem pura atividade nem pura passividade: a experiência envolve simultaneamente esses dois processos.

A postura dualista caracterizada pela distinção entre o particular, entendido como a experiência dos fatos singulares, e o universal, ou seja, as leis e princípios gerais racionalmente determinados resultam em uma posição reducionista. Dewey mostra que a experiência assim concebida é apartada de seus componentes principais, ou seja, da relação com o ambiente, dos dados, das sensações, da experiência primária. Dewey desenvolve uma explicação naturalizante para esclarecer as situações pelas quais se originaram as distinções arbitrárias entre *experiência* e *natureza* e como devem ser superadas.

Nessa explicação, de cunho evolucionista, ele destaca que os organismos fisiológicos, seja o homem, sejam os animais inferiores, empenham-se em adaptações ao ambiente para manter o processo da vida. Em relação aos humanos, Dewey declara que, no processo vital, a inteligência humana vai encontrando as melhores soluções que visam à experiência, ao processo de adaptação. O cérebro e o sistema nervoso são órgãos de ação e padecimento, agem sobre o meio e sofrem ações externas. Se não há quebra de continuidade natural e histórica, a experiência cognitiva tem sua origem na experiência de tipo não cognitivo. Para Dewey, não faz sentido falar de uma *experiência transcendental*. Somente quando o caráter temporal das coisas experienciadas é esquecido é que se concebem noções como a “*transcendência*” do conhecimento (SHOOK, 2002, p.150).

Considerando os processos interacionistas da experiência, um organismo pode estar envolvido em formas simples e limitadas de articulação consigo mesmo e seu entorno, como acontece com as formas mais simples de comportamento biológico ou numa atividade mais rica e extremamente complexa, de natureza intelectual. De todo modo, esse processo implica relações nas quais se obtêm acréscimos decorrentes da interação dos organismos. Esses acréscimos são mudanças qualitativas adquiridas no processo de experienciar. Trata-se de uma equação que é aditiva porque o organismo é uma parte do mundo natural e não um obstáculo à parte. Isso envolve, portanto, uma ocasião para a continuidade e não para o inverso (GEIGER, 1958).

Assim, os componentes principais de nossa relação com o ambiente podem ser traduzidos na experiência anterior ao pensamento reflexivo, ou seja, na experiência primária, sem a qual nossas aptidões cognitivas não teriam se desenvolvido. Dewey apresenta a ideia de *conexão* e não de *oposição* entre os dados da realidade e o pensamento, valorizando assim na experiência a noção de *continuidade*. Tudo está em comunicação, em processo, há um *fluxo contínuo na experiência* (DEWEY, 1958, p 28). Por isso, Dewey pensa que, uma forma de superar as doutrinas transcendentalistas é considerar o *fluxo dos acontecimentos* e a noção de *continuidade*.

É evidente que o único modo de manter a doutrina da *continuidade natural* consiste em reconhecer os aspectos derivados e secundários das experiências intelectuais ou cognitivas. Ocorre que, diferentemente das posições clássicas, essa compreensão não representa uma hipertrofia da dimensão intelectual. Como se percebe, a sua teoria naturalista da experiência não toma o pensamento como algo autônomo e independente, o pensamento é compreendido como uma fase biológica da experiência do organismo. Nesse sentido, Dewey discute os estágios do pensamento enquanto aspectos funcionais da solução prática de problemas à medida que os humanos encontram instrumentos melhores para interagir com a natureza.

O naturalismo nos leva a perceber que, a partir das suas interações com o ambiente, um organismo experiente pode estabelecer previsões em

relação aos acontecimentos futuros, de tal maneira que a situação presente seja inserida na história do *fluxo dos acontecimentos*. Com base nessa compreensão naturalista da experiência, Dewey passa a desenvolver a defesa do método empírico em filosofia, cuja aplicação faz com que o pensamento, operando a partir das contingências observadas, se desenvolva de maneira integrada com a realidade. Desse modo, a função principal da inteligência humana é conduzir a investigação, que é fundamentalmente resolução de problemas.

### 3.2 O fluxo contínuo da experiência

O desenvolvimento do pensamento e da nossa reflexão sobre o mundo advém da modificação que imprimimos aos nossos hábitos, criando novas condições de adaptação, decorrentes do fluxo e refluxo da experiência. O ganho qualitativo a partir da experiência é resultado da utilidade da inteligência referida à previsibilidade. O naturalismo de Dewey sustenta que a realidade da qual a experiência humana faz parte é contínua, não dá saltos. Nesse sentido, para Dewey, onde quer que haja vida, há comportamento, há atividade, e, para que a vida possa continuar; necessário se torna que essa atividade seja, seja a um tempo, contínua e adaptada ao meio ambiente (DEWY, 1958).

Conforme Shook, desde 1897, Dewey vinha se dedicando ao estudo do empirismo naturalista como fundamento para a sua psicologia social, a sua ética e a sua filosofia social. A conexão entre o empirismo e os demais aspectos teóricos de sua filosofia está baseada na noção prática de *conhecimento*. Podemos afirmar que não se trata de uma preocupação com o conhecimento em si, ou com as ideias em si mesmas, pois só tem sentido falar em ideias enquanto subsidiárias do uso social. Conforme Geiger, “o que precisa ser explicado é a eficácia pública, seletiva, ativa das ideias enquanto funcionam na real solução problemas” (GEIGER, 1958, p.68).

Assim, toda explicação empírica e experimental está relacionada à atividade teleológica da inteligência. A atividade inteligente envolve um

processo de aprendizagem por meio de ações criativas que se desenvolvem na experiência, visando à superação de obstáculos que impedem a realização dos objetivos almejados. Esse crescimento é resultante de estágios que o pensamento percorre e que darão ao indivíduo um aumento de força e flexibilidade na tarefa de resolução de atividades mais complexas. Portanto, o progresso da inteligência humana resulta da sua constante atividade.

Dewey argumenta que a primeira e talvez a maior diferença entre o método empírico e o não-empírico reside na escolha do material original. Para um empirista naturalista autêntico, a discussão clássica da filosofia, centrada na relação entre sujeito e objeto, dá lugar ao problema de identificar as consequências decorrentes dessa relação, ou seja, da distinção entre o físico e o mental, para a nossa vida cotidiana. O que ele quer saber é como se dão os encontros entre os objetos físicos e os juízos inferenciais mais complexos. Desse modo, a capacidade de regulação, oferecida pelo método científico, favorece a compreensão do valor e do significado enriquecido nas coisas da experiência, com maior clarificação, maior profundidade, previsibilidade e *continuidade*.

O desenvolvimento das ciências constitui num crescente “apoderar, pela humanidade, de instrumentalidades mais eficazes no lidar com as condições da vida e da ação” (DEWEY, 1958, p.11). Assim, o propósito de uma teoria, conforme Dewey é direcionar a aplicação de tecnologia com vistas a produzir seu objeto onde ele ainda não existe:

The office of physical science is to discover those properties and relations of things in virtue of which they are capable of being used as instrumentalities; physical science makes claim to disclose not the inner nature of things but only those connections of things with one another that determine outcomes and hence can be used as means (DEWEY, 1958, p.xii)<sup>3</sup>.

Essa previsibilidade só é possível porque resulta da continuidade da experiência, de tal maneira que as filosofias que insistam em buscar *indubitabilidades e universalidades* desembocarão em ontologias dualistas.

---

<sup>3</sup> A função da ciência física é descobrir as propriedades e relações das coisas em virtude das quais elas podem ser usadas como instrumentos; a ciência física afirma revelar não a natureza interna das coisas, mas apenas as conexões das coisas umas com as outras que determinam os resultados e, portanto, podem ser usadas como meios.



Por outro lado, a previsibilidade não é algo absoluto, mas sim falível. Mesmo assim, o “erro” inerente ao processo de conhecer é utilizado para guiar experiências subsequentes. Em suma, nessa concepção, a ciência é sempre autocorretiva. O *falibilismo*, longe de constituir um defeito da experiência, é algo resultante do processo de aperfeiçoamento que envolve a utilização dos erros como dados úteis para as experiências futuras (op.cit).

Dewey desenvolve em sua obra um comprometimento com a defesa da utilização de um único método para todas as ciências. Em *The Quest for Certainty* (1929), propõe a expansão do método investigativo das ciências experimentais para o campo dos valores morais e também reitera que as questões sociais se tornarão inteligentemente resolvidas na proporção em que empregarmos o método da ciência, que consiste em recolher dados, conceber hipóteses e colocá-las à prova.

Com isso, Dewey procura mostrar que a não-utilização do método empírico leva a filosofia a uma série de deficiências, decorrentes da não-articulação de seus resultados com os acontecimentos da experiência diária. Isso gera as seguintes três grandes falácias da filosofia tradicional: a primeira está na completa separação entre sujeito e objeto; a segunda, no exagero das caracterizações dos objetos racionalmente conhecidos em detrimento das qualidades dos objetos de gozo e sofrimento; a terceira, no isolamento exclusivo dos resultados de vários tipos de simplificações (DEWEY, 1958, p.33).

Desse modo, há uma constatação de que os métodos não empíricos, que são empregados pela filosofia clássica, começam com os resultados de uma reflexão que já se apartou do objeto experienciado e de suas condições dadas. O método empírico, ao contrário, deve observar como e por que *o todo* foi separado em sujeito e objeto, em natureza e operações mentais. Assim se descobre que há uma inversão: os produtos reflexivos são tratados como se fossem primários, ou como se fossem originalmente “dados”. Por isto, para o “método não empírico, objeto e sujeito; mente e matéria (ou quaisquer outras palavras e ideias que sejam utilizadas), são separados e interdependentes” (DEWEY, 1958, p.28).

Entretanto, o que se verifica é a constante tentação da filosofia, como sua história demonstra, em considerar que os resultados da reflexão secundária possuem em si e por si próprios uma realidade superior à da matéria de qualquer outra experiência. Como afirmamos, essa assunção da filosofia como pertencente à ordem das questões espirituais é tão profunda que geralmente é tomada como ponto pacífico, como algo que não precisa nem ser discutido.

Com base na adoção do método não empírico, a filosofia tradicional fica sem saída no momento de enfrentar o problema de como é possível o conhecimento; de como um mundo externo pode afetar uma mente interna; de como os processos mentais podem atingir e apreender objetos definidos em oposição a eles, ou seja, em termos cartesianos, de como é possível que a substância pensante (*res cogitans*) possa apreender algo distinto dela, uma antítese dela, ou seja, a substância extensa (*res extensa*).

A partir daí, Dewey revela como o filósofo racionalista, ao enfrentar o problema mencionado acima, fica em uma situação embaraçosa, pois suas premissas tornam o fato do conhecimento algo não-natural e não empírico. Assim agindo, os filósofos tradicionais reduzem a totalidade da realidade a seus aspectos particulares. Por exemplo, um pensador transforma-se em materialista metafísico quando denega realidade ao mental, outro se converte ao idealismo psicológico quando sustenta que a matéria e a força são apenas eventos psíquicos disfarçados. As soluções para uma relação satisfatória entre a consciência e o mundo são abandonadas, a busca pelas mesmas torna-se uma tarefa sem esperança ou então resulta em escolas diversas que amontoam complicações intelectuais umas sobre as outras para atingir, ao final de um longo e tortuoso caminho, aquilo que a experiência ingênua já sabe.

### 3.4 A inteligência operativa e reflexiva

Para Dewey, a experiência teria que ser, na filosofia, assim como o é nas ciências naturais, o ponto inicial e terminal da investigação, colocando problemas e testando propostas. Se o método empírico fosse adotado no

filosofar, a experiência não teria sido relegada a um lugar secundário e quase acidental como o foi na escola cartesiana. Dewey assegura que assumir a perspectiva de uma filosofia histórica e contingente é uma forma de enfraquecer os discursos dominantes das ontologias clássicas que se “interpõem no caminho da compreensão da força do método empírico em filosofia” (DEWEY, 1958, p. 06).

Dewey argumenta que quando é negligenciada a conexão entre os objetos científicos e os acontecimentos da experiência primária, o resultado é um quadro de um mundo de coisas indiferentes aos interesses humanos. Conforme Geiger (1958), a experiência servirá como um elemento profilático contra a descontinuidade, pois poderá ser utilizada para corrigir o empirismo parcial que seleciona apenas alguns aspectos da experiência como reais.

Para se contrapor a um subjetivismo radical, Dewey explica que não é possível reduzir a experiência unicamente ao processo de *experienciar*, tratado como algo que é completo em si próprio. É como se chegássemos a uma situação em que um ato de experienciar tivesse por objeto tão somente a si próprio, visando estados e processos de consciência em lugar das coisas da natureza. Não é adequado considerar como experiência tão somente os estados e processos da consciência.

Na natureza observamos coisas e não a observação em si. No entanto, podemos tomar a observação como um objeto de estudo e o mesmo se fará com o pensamento, na medida em que esses objetos não sejam abstraídos da experiência. No entanto, tem prevalecido na filosofia tradicional uma forma de considerar a consciência particular subjetiva em contraposição à natureza. Dewey declara que chegamos ao absurdo, “de experienciar tão somente a si próprio, de experienciar estados e processos de consciência, em lugar de coisas da natureza” (DEWEY, 1958, p.11). Assim, Dewey explica que:

Since the seventeenth century this conception of experience as the equivalent of subjective private consciousness set over against nature, which consist wholly of physical objects, has wrought havoc in philosophy. It is responsible for the feeling mentioned at the outset that “nature” and “experience” are

names for things which have nothing to do with each other (DEWEY, 1958, p.11-12) <sup>4</sup>.

Ao enfrentar a tradição cartesiana, Dewey apresenta em sua metafísica os padrões apropriados para compreensão intelectual da constituição de nossas crenças. A argumentação deweyana acerca de uma concepção empírica da metafísica coloca os “sujeitos” como centros de experiência. Nesse sentido, ele constata que, na história da filosofia, foram raras as vezes que se reconheceu o papel da experiência enquanto unidade integrada. Aristóteles foi quem mais se aproximou dessa tentativa, pois reconheceu a contingência do ser. Mesmo assim, nunca abandonou sua predileção pelo fixo, certo e acabado. Sua teoria das formas e dos fins é uma teoria da superioridade que têm no ser as qualidades imutáveis; sua física busca fixar uma escala dos intervalos da relação entre a necessidade e a contingência, hierarquizada de tal sorte que a necessidade indique os graus da realidade e as contingências meçam as deficiências do ser (DEWEY, 1958, p.48).

Entre os modernos, temos alguns exemplos, como as filosofias de Bacon, Locke e Hume, da tentativa de recorrer a uma metafísica da experiência que seja criada pelo ser humano, que esteja mais próxima da terra do que do céu, uma metafísica aplicada às ciências naturais e aos diversos ramos da experiência. No entanto, o que predominou na tradição filosófica foi à falta de conexão entre os objetos mentais em suas relações com as experiências vitais.

A despeito do agudo e penetrante poder de observação dos gregos, sua ciência é uma extensão dos hábitos sociais por eles adquiridos. A descoberta do sujeito é a descoberta reflexiva do papel desempenhado na experiência pelos indivíduos concretos, em suas formas de pensar, agir, sonhar, desejar. Entretanto esses resultados seriam outros se a filosofia tivesse optado pelo método empírico. Isto porque, através desse último, ela teria realizado a reflexão sobre o subjetivo a partir da experiência e não fora dela. Mas a

---

<sup>4</sup> Desde o século XVII, essa concepção da experiência como o equivalente da consciência privada subjetiva em oposição à natureza, que consiste inteiramente de objetos físicos, tem causado estragos na filosofia. É responsável pelo sentimento mencionado no início de que “natureza” e “experiência” são nomes de coisas que nada têm a ver uma com a outra.

filosofia tradicional fez abstração da origem empírica e do uso instrumental da consciência, de tal sorte que o mental se constituiu isolado e separado, autossuficiente e fechado em si mesmo.

Dewey descreve um mundo complexo, uma mistura de ordem e desordem, de certeza e incerteza, de trigo e joio, argumentando que o reconhecimento desse fato possui significação fundamental para construir uma metafísica naturalista. A metafísica clássica, ao contrário dessa última, sai em busca do eterno e imutável no ser, fundamenta-se no conhecimento derivado de uma ciência primeira que fornece uma base comum e universal, bem como princípios racionalmente puros. Assim, concebe-se como uma ciência que está além da experiência e cujo procedimento se baseia num saber contemplativo ou teórico. Ela se dedicaria ao estudo das coisas que existem independentemente dos homens e de suas ações, como se isso fosse possível. A ideia de uma teoria da contemplação do eterno é rejeitada por Dewey, assim como a pretensa capacidade da mente de intuir verdades indubitáveis, fato esse que o coloca na direção contrária ao *cogito cartesiano*.

Com essas considerações Dewey sistematiza a sua ideia de inteligência operativa cujo proceder incide-se sobre o trabalho de resolução de problemas. Assim, para Dewey, “o caso paradigmático de aquisição do conhecimento não é o do cientista ou do filósofo que ociosamente contempla este ou aquele assunto em seus estudos profundos”, ao contrário disso, decorre da emergência de um problema concreto que exige uma resposta (DE WAAL, 2007, p. 160). Essa emergência é derivada daquilo que Dewey chamou de *situações indeterminadas*, uma vez que toda reflexão é resultante de uma situação problemática.

Da situação problemática surgem as respostas conflitantes e os conflitos são resolvidos quando o processo de reflexão nos faz adotar uma das respostas ou quando as reconcilia por meio de um plano de ação. Nosso autor esclarece que, no momento em que obtemos o produto da reflexão, esta cessa até que nos encontremos em uma nova *situação indeterminada*. Do processo que vai de uma experiência primária à experiência reflexiva constatamos uma situação de ação e reação do pensamento, que irá se

constituindo e se aperfeiçoando em torno de uma inteligência ao mesmo tempo operativa e reflexiva. Essa inteligência marca certa emancipação, pois, “purifica” e reconstrói os objetos de nossa experiência primária ou direta.

Pensar que a autoconsciência nos daria as verdades fundamentais e decidiria o que estaria de acordo ou não com a razão, aponta para a certeza da infabilidade do conhecimento. Dewey declara que essa é uma espécie de falácia filosófica que o cartesianismo nos impôs. Pelo cartesianismo, devemos abandonar as crenças do mundo exterior por meio da aceitação de crenças *fundacionais*, isto é, crenças asseguradas por intuição intelectual de verdades imunes ao erro, isto é, crenças extraídas dos nossos estados mentais. Dewey se opõe a essa estratégia. Por esse caminho o conhecimento é tratado como um dado anterior a qualquer conhecimento empírico. Ao contrário disso, Dewey pretende que sua metafísica seja descritiva e denotativa, ou seja, correspondente a uma ontologia que, ao ser capaz de observar e registrar *os traços gerais da existência* leve em consideração também o instrumento dessa observação, isto é, a reflexão humana e as condições sociais que a solicitam (DEWEY, 1958, p.06).

Podemos inferir que o apelo de Dewey à situações indeterminadas para referir-se a um estágio pré-reflexivo conduz ao papel filosófico da dúvida no processo de conhecer. Diferentemente dos cartesianos, Dewey, seguiu a teoria da dúvida e da crença de Peirce, em que a inquirição é, de maneira semelhante, o produto da irritação da dúvida ou da aflição de algum tipo. Quando se chega à conclusão é o momento no qual a aflição é aliviada (DE WAAL, 2007, p. 160). A dúvida está sempre relacionada a uma situação indeterminada, de tal sorte que a relação entre a dúvida e a crença possa favorecer um equilíbrio homeostático.

### Considerações finais

A tese fundamental de Dewey consiste em se apoiar na crença de que a ciência pode apontar soluções para os problemas filosóficos, sendo este um desafio para os filósofos. A questão proposta por ele é: por que a filosofia foi

considerada um saber que não pode assumir questões da ciência e vice-versa? Dewey denuncia que, no processo de divisão do trabalho relativo ao saber, a filosofia ficou com as questões morais e espirituais e a ciência, com “as questões práticas”; ele mostra que essa divisão só veio reforçar, mais uma vez, os dualismos da tradição ocidental entre saberes práticos e teóricos.

A tendência deweyana de reclamar um *insight* científico para a filosofia está presente até mesmo em autores tradicionais. Descartes, por exemplo, “não era tolo de buscar uma epistemologia que fosse isolada da melhor ciência disponível em sua época” (KORBLITZH, 2008, p.253). Acontece que não havia uma boa ciência na época de Descartes. Mesmo assim, seu objetivo nas *Meditações* era “encontrar qualquer coisa na ciência que fosse estável e possivelmente duradoura” (DE WAAL, 2007, p. 161). Como sua obra precedeu a Revolução Científica, ele foi encontrar seus fundamentos epistêmicos fora da ciência. Mas Dewey argumenta que, embora a filosofia reivindique para si uma independência em relação à ciência, os filósofos tomaram para si várias fontes e conclusões de outras áreas do conhecimento, em especial da ciência que predominou em seus respectivos momentos. Ocorre que eles introduziram as conclusões diretamente na filosofia, sem conferi-las quer com os objetos empíricos de onde se originaram, quer com os objetos empíricos para os quais se destinavam.

Dewey concordaria em dizer que, diferentemente de Descartes, temos hoje uma boa ciência à qual podemos recorrer. Dewey poderia também concordar em que os empreendimentos científicos se divorciaram da filosofia. A filosofia, como ele revela, “comerciou” com a ciência, mas seu problema não reside no excesso de teorização e sim no uso das conclusões científicas sem relacioná-las com os objetos empíricos. Dewey não postula para a filosofia tarefas fora da área de jurisdição dessa disciplina. Ele discorre sobre a divisão entre filosofia e ciência, mostrando que, tradicionalmente, sustentava-se que as ciências eram produtos de investigação empírica, enquanto a filosofia era exercida *a priori*. Ocorre que, em meio às grandes transformações ocorridas no seio da sociedade e às grandes contribuições

advindas do desenvolvimento científico, é contraditório manter a filosofia fora desse domínio.

O método empírico aplicado à filosofia visa recolher inicialmente os objetos grosseiros, macroscópicos e rudes da experiência primária, tendo em vista a sua reformulação a partir de uma experiência mais refinada, a secundária, cujo processo consiste numa reflexão contínua e dirigida. Desse modo, tanto os objetos da ciência quanto os da filosofia provêm do mesmo sistema secundário e refinado. O que ocorre é que, no âmbito da ciência experimental, a experiência é, como Dewey mencionou, o ponto de partida e de chegada da investigação. Ou seja, as ciências naturais não apenas extraem seu material da experiência primária, como também regressam a ela a fim de serem testadas.

Assim, em contraposição aos conceitos intuitivos dos racionalismos que visam a uma síntese supraempírica da experiência, a filosofia de Dewey é empirista. Ele mostra que a sua crítica à utilização tradicional do método não-empírico em filosofia não ocorre porque existe um excesso de teorização. Na verdade, o que ele pretende mostrar é que há no método não-empírico uma falha na utilização dos resultados refinados e secundários, uma vez que eles não são tomados como trilha indicando e reconduzindo a algo na experiência primária. Dessa forma, em filosofia, “o malogro é tríplice”, pois, conforme Dewey, primeiro, não há verificação, nenhum esforço mesmo para testar e verificar; em segundo lugar, é que as coisas da experiência comum não obtêm ampliação e enriquecimento de significado e em terceiro lugar, ao tema filosófico em si, a realidade das contingências são desprezadas como algo indiferente enquanto que o que é chamado de “abstrato” serve para designar algo que exclusivamente ocupa um reino próprio, sem contato com as coisas da experiência comum (DEWEY, 1958, p. 06).

São essas considerações que causam a repulsa de muitas pessoas para com a filosofia. Essa última ficou presa à crença de que os objetos da reflexão são alcançados apenas por aqueles métodos que empregam a ideia do racionalmente compulsório como sendo “reais” em si próprios e por si próprios, supremamente reais. Conforme Dewey, a filosofia encontra-se presa



aos obstáculos do método não-empírico. Fica diante de “becos sem saída” ou de “quebra-cabeças”, que ela resolve simplesmente chamando os objetos da experiência primária de *meras aparências*, *meras impressões*, ou apelando a algum outro nome depreciativo. Para Dewey, as filosofias que depreciam e condenam a experiência primária se afastaram dos assuntos da vida diária e provocaram uma desestima popular em relação à filosofia.

## Referências

- ARAÚJO. Inês Lacerda. Dewey e Rorty: Um debate sobre a justificação, experiência e o papel da ciência na cultura. São Paulo. *Cognitio estudos*: Revista Eletrônica de Filosofia, Volume 5, Número 1, janeiro-junho, 2008.
- DEWEY, John. *Propositions, Warranted Asseribility and Truth*. The Later Works of John Dewey. Southern Illinois University Press. ed. Carbondale and Edwardsville. 1991, p. 170 (Publicado originalmente no *The Journal of Philosophy*, 38, (1941). p.141.
- DEWEY, John. *Reconstruction in Philosophy*. Enlarged edition. With a new introduction by the Author. Boston: The Beacon Press, 1957.
- DEWEY, John. *Experience and Nature*. New York: Dover Publications, Inc., 1958.
- DEWEY, John. *The quest for Certainty: a study of the relation of knowledge and action*. Minton, Balch, 1929.
- DEWEY, John . *Essays in Experimental Logic*. 2 ed. Chicago: Chicago University Press. 2004.
- DEWEY, John. *The crucial role of intelligence*. En Later works of John Dewey. Carbondale, Southern Illinois University Press, 1987, v.11, p. 342-344.
- DEWEY, John. *The Influence of Darwin on philosophy*. New York, Henry Holt and Company. 1910.
- DEWEY, John. *Art as Experience*. The Berkley Publishing group. New York, Pequin Group(USA), 1934.
- DEWEY, John. *Studies in Logical Theory*. University of Chicago Press, 1903.
- DEWEY, John. *Individuality and experience*. En Later works of John Dewey. Carbondale, Southern Illinois University Press, 1984. v. 2, p. 55-61.

DEWEY, John. *How We Think*. New York. Forgotten Books. 1909.

DEWEY, John. *Logic: The Theory of Inquiry*. New York. Henry Holt and company., 1938.

DEWEY, John. *Human Nature and Conduct: An Introduction to Social Psychology*. New York. Cosimo., 2007.

DEWEY, John. *The Essencial Dewey*. New York. Ed. Larry Hickman and Tomas Alexander. Bloomington. 1998.

DE WAAL. *Sobre o Pragmatismo*. São Paulo. Edições Loyola, 2007.

GEIGER, G. R. *John Dewey in Perspective - a reassessment*. N. York; Toronto; London: McGraw-Hill Book Co., 1958.

GOUNLOCK, James, What The Legacy instrumentalism? Rorty's Interpretation of Dewey. In: Saatkamp Jr., H. J. (ed.). *Rorty and pragmatism. The philosopher responds to his critics*. Nashville and London: Vanderbilt Un Press, 1995.

HEIDEGGER, M. *Basic Writings by Martin Heidegger*, Ed. David Krell, New York, 1977, p. 235.

KORBLITZH, Hilary. Em Defesa de Uma Epistemologia Naturalizada. In: SOSA, Ernest, GRECO, John. *Compêndio de Epistemologia*. Tradutores: Alessandra Siedschlag e Fernandes Rogério Bettoni. São Paulo. Edições Loyola, 2008, p. 253.

PINTO, Paulo Roberto Margutti. A abordagem pragmática do conhecimento. In: A ciência e seus impasses: debates e tendências em filosofia, ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1999.

QUINE. W.O.V. Ontological Relativity and Other Essays, *Epistemology Naturalized*. New York, Columbia Press, 1969, p. 69.

RORTY, Richard. *A Filosofia e o Espelho da Natureza*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

SHOOK, John R. *Os pioneiros do pragmatismo americano*. Trad. Fábio M. Said. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.150.

**Artigo recebido em: 16/02/2022**

**Artigo aprovado em: 12/04/2022**

**Artigo publicado em: 30/08/2022**